



DOCUMENTO

III Encontro Latinoamericano Ciências Sociais e Barragens: ciência, tecnologia e sociedade

III Latin American Social Sciences Meeting and Dams: science, technology and society

Edna Castro – Doutora em Sociologia pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, Professora Associada III da Universidade Federal do Pará e Pesquisadora do CNPq.

Gisela A. Pires do Rio -UFRJ – Doutora em Socio-Economie du Développement - École des Hautes Études en Sciences Sociales (1994). Atualmente é Professora Associada II na Universidade Federal do Rio de Janeiro, atuando no programa de PG em Geografia.

O III Encontro Latino-americano Ciências Sociais e Barragens realizado em Belém, de 30 de novembro a 3 de dezembro de 2010, ultrapassou a expectativa quanto à qualidade dos debates e à originalidade percebida nas intervenções sobre tema certamente de alta complexidade e que tem se conformado como um campo interdisciplinar. O caráter latinoamericano do evento ressalta a relevância da cooperação acadêmica continental, tanto mais que se aceleram os planos e projetos de integração continental que tem colocado, insistentemente na agenda de discussão a implantação de grandes projetos binacionais de infraestrutura, e mesmo, em alguns casos, de dimensão continental, nos setores de energia, transporte e comunicação.

Na concepção do III Encontro Latinoamericano Ciências Sociais e Barragens o objetivo era ampliar e aprofundar o debate sobre a retomada dos interesses por parte de Estados nacionais, agências multilaterais e empresas em construir grandes obras de infraestrutura, como as hidrelétricas, para as quais tem sido mobilizados megas investimentos. O tema é de maior relevância na América Latina e na Pan-Amazônia em função das dinâmicas sociais e territoriais que estão sendo deflagradas. As ciências sociais tem procurado tornar inteligíveis os processos referentes aos interesses de agentes sociais e econômicos que se manifestam em várias dimensões, tais como a tomada de decisão por parte dos estados, de instituições financeiras e do mercado; a ineficácia de instrumentos legais, apesar da pertinência do campo jurídico para dirimir os conflitos sociais verificados nas áreas afetadas e as polêmicas geradas sobretudo por implicarem em processos

de mudança social e de reconfiguração sócio-territorial. A literatura produzida pela área e os grupos de pesquisas instalados no Brasil e na América Latina têm acompanhado a trajetória das lutas dos movimentos sociais, notadamente o movimento de atingidos por barragens/MAB e do Movimento Indígena, ambos produtores de discursos contra-hegemônicos referidos às pressões do setor elétrico e barrageiro.

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Para, sediou o III ELCSB coordenado por Edna Castro (NAEA/UFPA) e Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ) e participação de uma equipe multidisciplinar formada por professores e pesquisadores de várias instituições latinoamericanas: Andréa Zhouri (UFMG), Alfredo Wagner de Almeida (UEA) Antonio Carlos Magalhães (Humanitas), Anthony Oliver Smith (University of Flórida/EUA), Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ), Célio Berman (USP), Diana Antonaz (UFPA), Franklin Rothman (UFV), Ghislaine Duquê (UNIVASF), Guiomar Germani (UFBA), Gustavo Lins Ribeiro (UnB), Gisela Aquino Pires do Rio (UFRJ), Henri Acselrad (IPPUR/UFRJ), Luis Fernando Novôa (UNIR), Luis-Ciro Marcano (Universidad Central de Venezuela), Nírvia Ravena (UNAMA – NAEA/UFPA), Oswaldo Sevá Filho (UNICAMP), Rodrigo Peixoto (MPEG), Rosa Acevedo Marin (NAEA/UFPA), Voyner Ravena Cañete (ICB/UFPA).

Espaço em que pesquisadores, cientistas sociais e de outras áreas de conhecimento, vindos de universidades e centros de pesquisa da América Latina, de movimentos sociais, de organizações sociais e de setores da gestão pública discutiram ao longo do III ELCSB a política energética dos países latinoamericanos e se posicionaram quanto à necessidade de problematizar o campo da pesquisa nas ciências sociais, qualificar com maior rigor a discussão em torno de grandes projetos de investimento, dos recortes de pesquisa e das metodologias do trabalho científico, mas postulando a necessária interpretação política da economia e dos processos sociais. Assim os debates identificaram caminhos da crítica social ao modelo de desenvolvimento econômico e aos processos atuais de globalização. Nesse sentido, visibilizou os dilemas relativos aos direitos de grupos sociais ameaçados e atingidos por projetos hidrelétricos e de infraestrutura.

Alguns pontos foram levantados, como sínteses, em cada Mesa Redonda, Sessão Temática ou Roda de Diálogos entre saberes. Em seu conjunto, as mesas refletiram preocupações de cientistas sociais e procuradores vinculados ao Ministério Público sobre os impactos não apenas da efetiva construção de uma UHE, como também de anúncio pelos governos sobre a intenção de construir determinada UHE, movimentos sociais e indígenas. Nesse registro, o Complexo do rio Madeira e, principalmente, as UHEs Belo Monte e Tucuruí pautaram as apresentações. A

participação do Cacique Raoni Kayapo-Metuktire e Megaron Kayapo-Metuktire (mas não apenas esses dois, pois havia outros representantes de povos indígenas) indicaram a pressão e urgência do debate com os sujeitos locais no processo de tomada de decisão (Mesa 5). Ao dar voz a vários representantes indígenas e ao Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), o Encontro afirmou a importância de contar com vivos relatos e denúncias daqueles diretamente atingidos com tais empreendimentos em contraposição aos veículos de comunicação factuais, acrílicos e tendenciosos nos quais pouco espaço lhes é dado.

Os relatos não esgotam toda complexidade da questão sobre construção de barragens para os diferentes fins. Lamenta-se que a noção de atingidos permaneça exclusivamente relacionada à população que sofre remoção. Desterritorialização e reterritorialização, embora mencionadas direta e indiretamente em algumas intervenções, não mereceram reflexão aprofundada.

O papel do Ministério Público Federal mostrou-se, na elucidativa e eloquente apresentação do promotor Felício Ponte Junior, a importância de fazer avançar o direito ambiental associado aos direitos humanos. Conquistas importantes estão sendo feitas nesse campo. Tanto a apresentação por Carlos Vainer do Relatório da Comissão Especial para o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Mesa Direitos Humanos e Barragens: remoções forçadas, reassentamentos e direito à moradia), como aquela feita, na Mesa As Barragens de Belo Monte: processo decisório, licenciamento e conflitos, por Marijane Vieira Lisboa sobre Plataforma DHESCA (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais) forneceram indicações de conquistas na aplicação efetiva do direito ambiental.

Mas a formação substantiva dos cientistas sociais é questão fundamental no comprometimento do pesquisador e em sua capacidade de ler a realidade e dar voz aos sujeitos. Na mesa intitulada Ciência, cientistas e democracia Henri Acselrad interrogou-se sobre as formas do pensar associadas aos interesses hegemônicos e a necessária reflexão contra-hegemônica e a busca de alternativas politizadoras de noções e conceitos que são cada vez mais naturalizados por linhas teóricas neoclássicas.

A proposta de exercício de prospectiva ficou a cargo de Phillip Fearside e Francisco Del Moral na Mesa Hidroelétricas e Mudanças Climáticas: perspectivas para o Século XXI. Em registro similar, questionaram acepções recorrentes como a reduzida contribuição das barragens para o efeito estufa, as fragilidades na argumentação sobre a complementaridade entre a capacidade de geração de hidroeletricidade nas bacias brasileiras, as incertezas quanto às ações de descomissionamento de barragens, entre outros. A ausência de representante do

setor elétrico evitou polarizações exacerbadas, deixando a desejar, contudo, no debate.

A Mesa Planejamento territorial e planejamento setorial concentrou-se na oposição e contradição entre essas duas modalidades de planejamento. Chamou atenção a reflexão de Carlos Brandão sobre a necessária construção de utopismos frente à lógica mercantil, de financeirização e commodização (sic) presente no país. A idéia de que o país tornou-se uma

plataforma a ser apropriada necessita encontrar forças e movimentos que limitem tal predação. Essa última se manifestou tanto no processo de implantação de Tucuruí, como na atual construção do Complexo do rio Madeira.

O balanço é positivo na intenção de consolidação uma rede pesquisa em torno da temática. Lamenta-se que em um grande número de exposições o foco central tenha permanecido em estudos de caso, como se houvesse uma dissociação entre as decisões de construção de Tucuruí, Complexo Madeira e Belo Monte. Resta torcer para que o próximo encontro explicita as contradições das diferentes sociedades e dos movimentos sociais em relação às barragens.

Um documento final representa o posicionamento de pesquisadores reunidos no III ELCSBarragens: a *Carta de Belém*. Esta reflete um posicionamento de caráter científico e político de pesquisadores envolvidos em um diálogo mais amplo com a sociedade sobre os dilemas de nossa época, os deslocamentos compulsórios, a negação e supressão de direitos humanos, os conflitos sócio-ambientais e o agravamento da pobreza e do meio ambiente no mundo.

Por outro lado, o III Encontro Latinoamericano Ciências Sociais e Barragens privilegiou o exame rigoroso sobre a hidrelétrica Belo Monte, no rio Xingu e passou em revista a experiência do setor elétrico na Amazônia brasileira e sua expansão recente na fronteira dos países vizinhos como Bolívia, Peru e Venezuela. Em todas as experiências ressaltam as lutas pelo reconhecimento de direitos à história, e à reprodução social de grupos ali existentes e de seus territórios.

Conforme definido na *Carta de Belém* o evento considerou os impactos sociais e ambientais em cadeia a exemplo de Belo Monte (rio Xingu), Santo Antônio e Jirau (rio Madeira); a mitigação e compensação como mecanismos de viabilização irrestrita; decisões geopolíticas delegadas a empresas privadas e de interesse em lucro que afetam a Constituição Nacional; deslegetimação de processos democráticos e desregulamentação de procedimentos jurídicos de proteção étnica e ambiental. E reafirmou o constatado sobre os processos de criminalização e constrangimento impostos a grupos atingidos, a assessores, a pesquisadores, a operadores da Justiça e tendo graves consequências sobre o esvaziamento dos conselhos de política ambiental. Todos esses processos exigem

uma postura mais rigorosa da pesquisa. Eles conclamam a sociedade brasileira à reflexão e posicionamento consciente sobre seu futuro e a direito à reprodução sócio-cultural, étnica e dos e da floresta sob ameaça.

O III ELCSBarragens: percorrendo temas e números

A programação contou com as seguintes atividades: Mesas Redondas, Sessões Temáticas, Rodas de Diálogo, Lançamento de Livros, Mostra de Filmes-documentários e Exposição de Fotografias. Os temas e campos de pesquisa e reflexão estão visíveis nos títulos das sessões temáticas e das mesas redondas revelando dimensões múltiplas e interdisciplinares necessárias ao entendimento desse amplo campo de estudos sobre hidrelétricas.

Mesas Redondas

MR 1 - Ciência, cientistas e democracia

Coordenadora: Edna Castro – UFPA

Expositores: Henri Acselrad – IPUR/UFRJ

Gustavo Ribeiro – PPGA/UnB

Juan Radovich – FLACSO – Argentina

MR2 - Planejamento territorial, planejamento setorial e barragens

Coordenador: Carlos Vainer – IPPUR/UFRJ

Expositores: Luis-Ciro Marcano – Universidade Central da Venezuela

Lúcio Flávio Pinto – Jornal Pessoal

Carlos Brandão – Unicamp

Chelén Fischer de Lemos - Brasília

MR 3 - As barragens de Belo Monte: processo decisório, licenciamento e conflitos

Coordenadora: Célio Bermann – USP

Expositores: Felício Ponte Jr – Ministério Público Federal

Sônia Magalhães – IFCH/UFPA

Antônia Melo – Movimento Xingu Vivo para Sempre

Marijane Vieira Lisboa – Plataforma DHESCA

MR 4 - Hidrelétricas e mudanças climática: perspectivas para o Século XXI

Coordenadora: Nírvia Ravena – NAEA/UFPA

Expositores: Philip Fearside – INPA

Francisco del Moral – Painel de Especialistas – USP

MR 5 - *Territorialidades, conflitos e demandas de movimentos sociais indígenas (I)*

Coordenador: Antônio Carlos Magalhães – Humanistas

Expositores: Raoni Metuktire – Capoto/Jarina (PI Xingu)

Megaron Txukarramãe – PI Xingu

Josinei Gonçalves Arara – Volta Grande do Xingu

Ozimar Juruna – Volta Grande do Xingu

MR 6 - *Territorialidades, conflitos e demandas de movimentos sociais indígenas (II)*

Coordenadora: Guiomar Germani – UFBA

Expositores: Payaré – Akratikatejê (Gavião) – TI Mãe Maria

Robert Guimarães – Shipibo Konibo (Pano) – Peru

Sonia Guajajara – Representante da COIAB

Representante Indígena de Bolívia

Jonas Polino Sansão – Associação Wyty-Catë - Comunidades Timbira

MR 7 - *Direitos Humanos e Barragens: Remoções forçadas, reassentamentos e direito à moradia*

Coordenadora: Andréa Zhouri – UFMG

Expositores: João Akira Omoto – MPF

Carlos Vainer – IPPUR/UFRJ

Juan de Dios Garcia – Guatemala

Leandro Scalabrin – MAB

Guilherme Zagallo – Plataforma DHESCA

MR 8 - *As hidrelétricas do rio Madeira e grandes obras de infraestrutura*

Coordenadora: Rosa Acevedo – NAEA/UFPA

Expositores: Alfredo Wagner de Almeida – UEA/UFAM

Luis Fernando Novoa – UFRO

Silvia Molina – Bolívia

Gilberto Carlos Cervinski – MAB

Sessões Temáticas

ST1 - *Planejamento, processos decisórios e estruturas institucionais*

Coordenação: Carlos Vainer – IPPUR/UFRJ e Luiz Novoa – UNIR

Concepção, planejamento, implantação e operacionalização de barragens. Dimensões sociais, políticas e econômicas dos processos decisórios, estruturas organizacionais e estratégicas das empresas. Comunicação Social e Marketing dos projetos. Audiências públicas. Relação entre escalas nacional e escalas regional e local. Relação Estado-Mercado. Parceria público-privada;

ST2 - *Conflitos sociais e organização das populações atingidas*

Coordenação: Henri Acserald - IPPUR/UFRJ e Andréa Zhouri - UFMG

Contexto nacional, regional e/ou local dos conflitos sociais. Origens e formas de expressão dos conflitos. Lideranças, organização e forma de lutas dos atingidos. Estratégias e formas de ação das empresas. Agentes sociais envolvidos no conflito. Padrões de legitimação e representações do conflito entre atingidos, empresas e demais agentes envolvidos. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Apropriação, controle e uso da água e da terra. Lugar e papel de partidos políticos, sindicatos e ONGs de apoio.

ST3 - *Populações indígenas e remanescentes de quilombos*

Coordenação: Guiomar Germani - UFBA e Antônio Carlos Magalhães - Humanitas

Identities and conflicts. Appropriation, control and use of territories. Displacements forced and their impacts. Destruction of physical and symbolic bases of social reproduction. Place and role of FUNAI. Place and role of indigenous organizations and of NGOs of support. The confrontation between traditionalism and modernity as representation of project.

ST4 - *Experiências de reassentamento, reparação e compensação.*

Coordenação: Sônia Magalhães – UFPA e Ghislaine Duque – UNIVASF

Diferentes formas de reparação e compensação. Indenização, terra por terra, reassentamento. Carta de Crédito e reassentamento coletivo. Processos de negociação. Organização coletiva reassentamento. Deslocamento compulsório, ruptura e recomposição de laços e redes sociais. Deslocamento e reassentamentos de populações urbanas.

ST5 - *Desenvolvimento Regional*

Coordenação: Rodrigo Peixoto - MPEG e Luis-Ciro Marcano – UC da Venezuela

Circuitos econômicos locais e regionais antes, durante e após a implantação da barragem. A nova economia regional e local. Emprego e desemprego. Compensações financeiras e royalties. Os planos diretores e as estratégias de inserção regional/local das empresas.

ST6 - *Cultura, memória e imaginário*

Coordenação: Diana Antonaz – ISCH/UFPA e Voyner R. Cañete – ICB/UFPA

Mudanças e permanências no processo de implantação e operacionalização da barragem. Representações sociais da água e do território. Identidade Coletiva. Paisagem e memória. O “patrimônio cultural” institucionalmente reconhecido e as memórias e representações coletivas. Religiosidade, identidade e resistência;

ST7 - Impactos territoriais e ambientais

Coordenação: Franklin Rothman - UFV e Célio Berman - USP e Nírvea Ravena – UNAMA/UFPA

Impactos sociais e ambientais de barragens. Avaliação de impactos: EIAs e RIMAs. Minimização e compensação das perdas. Conflitos e negociação na avaliação dos impactos e nos estabelecimentos de compensações. A construção social do meio ambiente e dos impactos ambientais. Distribuição de custos e benefícios do projeto;

ST8 - Questões fundiárias antes e depois das barragens.

Coordenação: Rosa Acevedo – NAEA/UFPA e Alfredo Wagner de Almeida – UEA/UFAM

Estrutura fundiária da área atingida pela barragem. Diferentes formas de tratamento dispensadas aos atingidos pelas agências encarregadas da construção e da operação das barragens. Política indenizatória. Valorização da terra situada na borda do lago, resultando na expulsão da população não atingida e na concentração da propriedade fundiária no seu entorno;

ST9 - Transnacionalização de conflitos em torno da água: examinando barragens, transposições e outras obras.

Coordenação: Edna Castro – NAEA /UFPA e Gisela A. Pires do Rio – PPGGEO/ UFRJ

Intervenções transnacionais sobre novas formas de apropriação dos recursos hídricos e os processos políticos que emergem nesse contexto. Áreas de fronteira política e interações interiores em países latinoamericanos num contexto de globalização.

Rodas de Diálogo entre pesquisadores e Lideranças Indígenas

Participantes-convidados: Payaré – Akratikatejê (Gavião) – TI Mãe Maria; Annelito Hernandez Pacheco – Venezuela; Raoni Metuktire – Capoto/Jarina (PI Xingu; Megaron Txukarramãe – PI Xingu; Josinei Gonçalves Arara – Volta Grande do Xingu; Ozimar Juruna – Volta Grande do Xingu; Robert Guimarães – Shipibo Konibo (Pano) – Peru; Sonia Guajajara – Representante da COIAB; Representante Indígena de Bolívia; Jonas Polino Sansão – Associação Wyty-Catê – Comunidades Timbira do Maranhão.

RELER - Rede Latinoamericana de Estudos sobre Represas

No III Encontro foi concretizado um antigo projeto, objeto de discussão e de construção informal há bastante tempo entre pesquisadores. Foi finalmente criada a Rede Latinoamericana de Estudos sobre Represas com a sigla **RELER**, e também com a conotação de **RE Rede** e **LER Laboratórios de Estudos sobre Represas** que são, conceptualmente, as unidades de pesquisas a serem criadas ou ampliadas em universidades e centros de pesquisa com o objetivo de produzir conhecimento sobre barragens, tenham eles um formato de laboratório, observatório, grupo de pesquisa ou unidades de extensão. A idéia é que a RELER congregue essas unidades de trabalho articuladas aos movimentos sociais e às organizações da sociedade civil comprometidas com um pensar crítico que entende a relação indissociável entre produção de conhecimento e política, enquanto teoria prática e metodologia, o papel da ciência na sociedade e o seu uso democrático.

Assim, seria possível acompanhar de forma mais sistemática o que está sendo produzido no âmbito da pesquisa - perspectivas teóricas, linhas metodológicas e interpretações políticas -, bem como os processos de mobilização da sociedade civil face aos conflitos e à polêmica social gerados pelos projetos de hidrelétricas. A foto a seguir registra o momento da oficialização da sigla **RELER**.



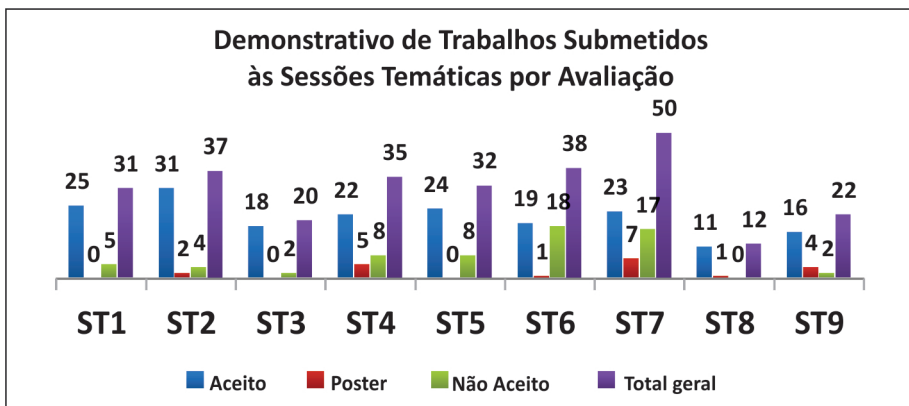
Foto: Lara Lages

O evento teve expressiva audiência. Estiveram presentes aproximadamente 500 pessoas que circularam em vários ambientes localizados no Campus da Universidade Federal do Pará e também no centro da cidade, neste caso o Cinema Olympia, onde se realizou a Mostra de Filmes. No entanto, a organização conseguiu montar um sistema de transmissão *on line* das Mesas Redondas, através do site do evento – www.ecsbarragens.ufp.br – e da rede Justin/TV. Este espaço cibernético foi operado pela Universidade Federal do Pará/Centro de Eventos com a finalidade

de atender uma demanda que se manifestara anteriormente através de redes sociais, incluindo o Blog e o Twitter do encontro que permitiram multiplicar e agilizar as informações para o acesso às emissões em tempo real. Segundo informações do Centro de Eventos cerca de 100.000 pessoas acessaram, em momentos diferentes, as Mesas Redondas. Esse balanço foi considerado relevante para a difusão do conhecimento, mas também na construção de novas problemáticas de pesquisa e para criar um campo fértil à reflexão sobre tema de máxima importância posta à sociedade contemporânea.

As Sessões Temáticas são importantes em qualquer evento de natureza científica, pois para elas é que convergem os resultados dos grupos de pesquisa e de investigações concluídas ou em curso realizadas sobre um dado tema ou uma área de conhecimento. No caso deste evento de natureza temática, e com a presença de pesquisadores de muitas áreas, a submissão de trabalhos exprime de forma mais ampla o interesse da comunidade científica, e em geral, de problemáticas de pesquisa. A Figura 1 nos indica quais os temas que foram mais procurados para submeter os trabalhos, ou seja as STs 2, 4, 6 e 7. Do total, podemos observar o montante que foi aceito para apresentação oral para apresentação na forma de pôster, além do montante de trabalhos não aprovados.

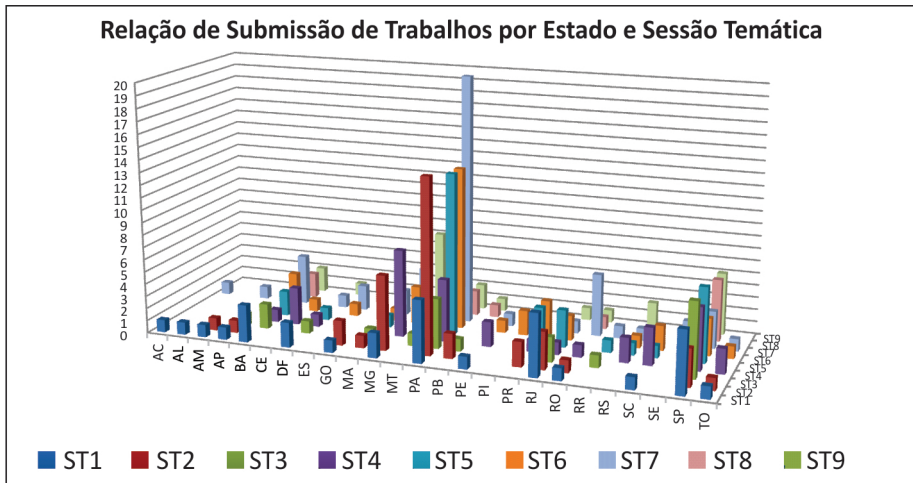
Figura 1 – Submissão de trabalhos às STs



Fonte: Estatísticas do Sistema de Gerenciamento e Controle/SISGENCO

Finalmente, cabe ressaltar que o evento contou com ampla participação de pessoas de quase todos os Estados do Brasil (Figura 2). Dos apresentadores de trabalhos em Sessões Temáticas, provinham da Amazônia cerca de 30%. Significa uma participação certamente expressiva sobretudo por se tratar de um evento bi-anual e temático, mas ressaltamos também a presença de 70% de pessoas e instituições de outras regiões do país e de países latinoamericanos.

Figura 2 – Submissão de Trabalhos por Estado e Sessão Temática



Fonte: Estatísticas do Sistema de Gerenciamento e Controle/SISGENCO

A *Carta de Belém*, divulgado amplamente nas redes sociais e encaminhada à autoridades nacionais inclusive à Presidência da República no Brasil, é a expressão síntese do esforço coletivo dos participantes do III ELCSB em pensar e se posicionar face a construção de grandes projetos de investimento. Reflexão sobre o futuro da cultura, da sociedade e do meio ambiente na América Latina e, em particular, na Pan-Amazônia. Ela sinaliza assim o esforço das ciências sociais em construir, de forma rigorosa, interpretações atualizadas sobre dinâmicas extremamente importantes à compreensão da sociedade contemporânea. Esta é a contribuição, no entanto parcial ao debate e à produção do conhecimento sobre a política de energia no Brasil e nos países latinoamericanos e seus desdobramentos sociais, políticos e ambientais.



DOCUMENTO

Carta de Belém

Letter from Belem

Pesquisadores e cientistas sociais, vindos de universidades e centros de pesquisa, movimentos sociais e organizações sociais, reunidos no **III Encontro Latinoamericano de Ciências Sociais e Barragens**, realizado em Belém entre os dias 30 de novembro e 3 de dezembro de 2010, discutiram a política energética dos Países Latinoamericanos e se posicionaram quanto aos problemas, dilemas e, especificamente, aos direitos afetos a grupos sociais ameaçados e atingidos por projetos hidrelétricos e de infra-estrutura.

As análises se balizavam na reconhecida produção acadêmica e técnica adquirida no exame rigoroso dos processos que envolvem a construção e a operação de barragens, do aparato legal-institucional disponível e de suas aplicações, bem como das experiências de formulação e implementação de políticas e programas nas áreas de planejamento. Trouxeram a público o conhecimento sobre os “mitos” que envolvem a construção de hidrelétricas e os processos de licenciamento ambiental que as legitimam. Conhecimento que procura desvendar as concepções adotadas por empresas e governos e as disposições dos agentes envolvidos, com destaque para os conflitos socioambientais que eclodem e são ocultados e negligenciados em tais processos de decisão. Aos “mitos” das hidrelétricas difundidos deliberadamente pelas esferas governamentais e empresarias, o IIIELCSB responde:

1 Hidrelétrica não representa fonte de energia renovável e limpa – Barragem tem vida útil limitada, frequentemente superestimada por aqueles que insistem em qualificá-las como fontes de conversão renovável. As causas que limitam seu funcionamento são: o envelhecimento das máquinas e da própria edificação; a eutrofização, o assoreamento e a poluição do reservatório. Além disso, a área inundada é permanentemente comprometida, o que impossibilita seu uso para outros fins, gerando problemas sociais e ambientais irreversíveis. Hidrelétricas produzem gás metano, elemento de alto potencial na lista dos vários gases de

efeito estufa, em três rotas: pela superfície, pelas turbinas, vertedouros e nos sedimentos acumulados no reservatório que no momento de descomissionamento da hidrelétrica, afloram. E produzem o deslocamento compulsório de milhares de pessoas, o que desorganiza todo o território e desfecha um golpe fatal sobre modos de vida e culturas tradicionais. E difunde a ilusão da migração em direção à obra e melhores condições de vida. Como pode ser considerada limpa uma energia que compromete o fluxo natural dos rios, a qualidade da água, a cadeia alimentar dos peixes, que favorece a proliferação de doenças, a contaminação por mercúrio e a perda da biodiversidade em área expressiva, notadamente em ecossistema mais preservados, como no caso da Amazônia?

2 Barragens não são baratas em comparação com outras fontes de energia

= Os projetos não incorporam em seus custos finais, os juros subsidiados do financiamento de bilhões de dólares; as renúncias fiscais; os custos imprevistos os danos sociais e ambientais provocados pelos empreendimentos. Os subsídios e financiamentos oferecidos pelos Estados dispensam investimento de maior parte das empresas e tornam possíveis os empreendimentos que, em sua concepção, eram economicamente inviáveis. As indenizações e programas diversos de “mitigação e compensação” devem representar um valor alto, mas não contabilizados corretamente nos custos totais do empreendimento. Portanto, os baixos custos das barragens resultam de políticas de subvenção que serão bancados pela sociedade, e da enorme dívida social e ambiental.

3 América Latina não precisa de novas hidrelétricas para acelerar o crescimento econômico e gerar empregos

- Com efeito, o crescimento da economia do Brasil e de alguns países latinoamericanos nos últimos anos esteve fortemente ancorado na dinâmica exportadora de *commodities*. A leitura e interpretação das coalizões macro-setoriais ilumina os focos nodais do poder político-econômico que cristalizam o papel subordinado e passivo de nossos países na divisão internacional do trabalho. Com relação ao chamado “desenvolvimento local”, os empregos gerados pela implantação de hidrelétricas são temporários, sendo restritos ao curto período de construção (terceirização e precarização). Por isso, demandam número limitado de trabalhadores, geralmente contratados fora da localidade. Após esta fase, não há perspectiva de geração de postos de trabalho para as comunidades locais, devido à exigência de uma maior especialização técnica. A população ao redor das hidrelétricas raramente é beneficiada com o empreendimento. Assim, a política de construção de barragens no Brasil faz parte de um conceito de desenvolvimento, herança de planos de metas dos Governos Militares, que a longo prazo gera desemprego estrutural.

4 Pequenas hidrelétricas são uma alternativa ambientalmente viável às grandes barragens. As chamadas PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) têm causado danos enormes. Diversas empresa privadas, particularmente, vêm se aproveitando dessa modalidade de empreendimento para aumentar seus lucros, provocando prejuízo ambientais, sociais e culturais de caráter irreversível. Com efeito, as PCHs não vêm sendo alternativa às grandes barragens; ao contrário, exercem muitas vezes a função complementar, uma vez que são destinadas ao consumo durante horário de pico. Neste caso, existe um agravante a mais, porque a mudança no regime fluvial com alterações diárias de vazão influencia em longos trechos do rio a jusante da barragem. Isto afeta diretamente a população ribeirinha, além de provocar impactos significativos nas áreas de várzeas que são ecologicamente sensíveis, e aumentar os riscos de catástrofes ambientais. Outra questão importante são os efeitos cumulativos da implantação de várias PCHs numa mesma bacia hidrográfica. Mais importante do que perguntar pelo tamanho da barragem ou onde está localizada é saber para quê e a quem ela serve.

5 A energia hidrelétrica não é de utilidade pública e sim instrumento de acumulação e capitalização privada. Com a privatização do SEB na década de 90, a energia, antes um bem público, tornou-se mercadoria, cujo acesso é dado segundo as lógicas do mercado. A energia torna-se, cada vez mais, um bem particular, já que os fornecedores de energia procuram clientes que podem pagar o preço mais alto ou consomem muito, como é o caso da indústria eletrointensiva, preterindo, assim, os consumidores domésticos. Grandes indústrias, como as metalúrgicas e siderúrgicas, estão construindo barragens visando o consumo próprio e não a distribuição para o público. Nesse processo, demais bens comuns são afetados, como, por exemplo, o acesso à água pela população local, zonas de pesca, várzea, etc, e áreas protegidas pela legislação ambiental.

O Estado no Brasil, por meio do BNDES, assumiu um papel fundamental no financiamento dos grandes projetos hidrelétricos, pela viabilização de um modelo de apropriação dos recursos e territórios, expropriador e excludente. O retorno financeiro do projeto é o que importa, as repercussões para o desenvolvimento do país ou região seriam apenas “efeitos colaterais desejáveis”. Considerando que os grandes projetos de infra-estrutura na Amazônia têm profundos efeitos transformadores na economia, na sociedade e no território, essa forma de financiamento é inadequada, pois privilegia a lucratividade do empreendimento em detrimento do desenvolvimento da região.

O III Encontro Latinoamericano Ciências Sociais e Barragens reafirma a incerteza da rentabilidade do projeto Belo Monte, no rio Xingu, e reconhece o direito à história, à reprodução da relação dos grupos ali existentes com seus territórios, em seus aspectos materiais, simbólicos e afetivos. Considera a necessidade de investimentos em pesquisa para o reconhecimento do real valor econômico da floresta em pé ameaçada pela implantação e pelos desdobramentos advindos do avanço sobre os territórios, no caso de hidrelétricas na Amazônia, ou seja, a imprevisibilidade dos impactos sociais e ambientais em cadeia a exemplo de Belo Monte (rio Xingu), Santo Antônio e Jirau (rio Madeira); a mitigação e compensação como mecanismos de viabilização irrestrita; decisões geopolíticas delegadas a empresas privadas e de interesse em lucro que afetam a Constituição nacional. E finalmente, aponta para novos processos de criminalização e constrangimento impostos a grupos atingidos, assessores, pesquisadores e operadores da Justiça e o esvaziamento dos conselhos de política ambiental. Temas que conclama a sociedade brasileira à reflexão e posicionamento consciente e democrático.

Belém, 13 de dezembro de 2010

Sessão Plenária do III Encontro Latinoamericano Ciências Sociais e Barragens